



AZ@BXL

Número: 307 Data: 2024.03.15

No título: [Santana - Lajido PR10PIC](#)

Nota: A série atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A vigésima edição aventura-se pelo trilho “Santana - Lajido PR10PIC”. Este trilho tem início junto à estrada regional, no lugar de Santana, freguesia de Santo António, e termina junto ao Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, no Lajido de Santa Luzia. É um percurso que atravessa uma localidade rural, junto à costa e em área classificada pela UNESCO como Património Mundial, percorrendo os núcleos costeiros de Santana, Cabrito, Arcos e Lajido, caracterizados por uma paisagem de formações geológicas e elementos culturais alusivos à vinha e também edifícios religiosos. Está também inserido na Área de Paisagem Protegida da Cultura da Vinha – Zona Norte. Nesta zona costeira, predominam os campos de lava, onde poderá observar diversas formações geológicas, como lava encordoada e tumuli. Esta unidade paisagística é também marcada por uma extensa rede de muros de pedra que formam currais destinados à cultura da vinha (retangulares e quadrangulares) e da figueira (semicirculares), dando a ideia de estar perante um deserto negro, pontuado por pequenas edificações construídas junto à costa, nascidas da necessidade de produção, armazenamento e escoamento do vinho e da aguardente, atualmente, muitas delas transformadas em casas de veraneio.

*Antes de dar início ao trilho, pode visitar a Vigia da Baleia, percorrendo a canada de acesso, à esquerda. Esta foi construída já no século XX e era utilizada para a observação do mar em busca dos grandes cetáceos. Aqui é perfeitamente visível a Arriba Fóssil do Gasparal, podendo ver a antiga linha de costa que existia antes de ser galgada por lavas provenientes de uma erupção mais recente, criando assim uma nova plataforma rochosa junto ao mar. Depois, inicie o percurso no atalho entre duas casas, para montante. Cerca de 700 metros depois, siga à direita no asfalto e, um pouco depois, dará início à descida em direção à Baía do Gasparal, por entre pomares e curraletas de vinha. Ao chegar à Baía, depois de passar o poço de maré, siga à direita das casas, junto ao mar, em direção à Ponta Negra. O caminho evolui de uma vereda entre incensos (*Pittosporum undulatum*) e urzes (*Erica azorica*) para um atalho em laje basáltica. Depois de passar o conjunto de casas do Cabrito, vire à direita e siga até à Ermida de São Mateus. Posteriormente, no asfalto, vire à direita e prossiga em direção ao Lajido, atravessando o povoado dos Arcos. O percurso termina junto ao Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, no Lajido de Santa Luzia.*

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Espaço Europeu de Dados de Saúde: Conselho e Parlamento chegam a acordo](#)

[Nova política de coesão: Parlamento Europeu avalia o período anterior e identifica novas prioridades](#)

[8ª avaliação intercalar do Programa de Ação Ambiental confirma cumprimento dos objetivos climáticos e ambientais para 2030](#)

[Pacote de procedimentos de infração de março: principais decisões](#)

[Novo convite à apresentação de projetos para organizações culturais que oferecem oportunidades de mobilidade a artistas](#)

[Comissão Europeia abre consulta pública sobre proteção dos tubarões](#)

[Esperança de vida à nascença na UE nos 80,6 anos em 2022](#)



18 de março



Conselho dos Negócios Estrangeiros

O Conselho dos Negócios Estrangeiros [debaterá](#) a agressão da Rússia contra a Ucrânia, após uma troca informal de pontos de vista com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, **Dmytro Kuleba**, a realizar por videoconferência no início do debate. O Conselho trocará opiniões sobre os **mais recentes acontecimentos** na Bielorrússia, centrando-se na deterioração da situação dos **direitos humanos** e no apoio contínuo prestado pelo regime bielorrusso à guerra de agressão da Rússia contra a **Ucrânia**.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE debaterão a situação no Médio Oriente, incluindo a **evolução da situação** no terreno e **em toda a região**. O Conselho dos Negócios Estrangeiros realizará um debate sobre questões da atualidade durante o qual os ministros poderão trocar opiniões sobre os acontecimentos recentes e a rápida evolução das relações externas.

18 e 19 de março



Comité das Regiões Europeu

10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios

Presidentes de câmara, vereadores, ministros regionais e decisores europeus e mundiais reunir-se-ão em Mons, na Região da Valónia, na Bélgica, para debater os desafios e as soluções para o futuro da Europa e não só. Organizada pelo Comité das Regiões Europeu, em conjunto com a Região da Valónia e a Presidência belga do Conselho da União Europeia, a [10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios](#) proporcionará uma nova perspetiva sobre temas que estão no centro das preocupações dos cidadãos, como a democracia, o desenvolvimento sustentável, o futuro da União Europeia e o seu alargamento, a necessidade de assegurar a coesão social, económica e territorial e a resposta às consequências da guerra contra a Ucrânia. Inscrições encerradas em 11 de março.

19 de março



Conselho dos Assuntos Gerais

Os ministros continuarão a preparar a reunião do Conselho Europeu de 21 e 22 de março de 2024, debatendo o projeto de conclusões. Na sua próxima reunião, os dirigentes da UE deverão abordar os seguintes temas: Ucrânia; Segurança e defesa; Médio Oriente; Alargamento e outras questões.

Os ministros centrar-se-ão também no Semestre Europeu. Examinarão um relatório de síntese dos contributos do Conselho para o Semestre Europeu de 2024. A Presidência apresentará um roteiro atualizado para o Semestre Europeu de 2024. O Conselho deverá também chegar a acordo sobre o envio ao Conselho Europeu, para aprovação, de um projeto de recomendação sobre a política económica da área do euro. O Conselho trocará também pontos de vista sobre o futuro da Europa.

20 e 21 de março



Jornadas Europeias da Investigação e Inovação (“I&I Days”) 2024

O evento anual emblemático de investigação e inovação da Comissão Europeia reúne decisores políticos, investigadores, empresários e o público em geral para debater e moldar o futuro da investigação e da inovação na Europa. Esta [quinta edição](#) terá lugar de 20 a 21 de março de 2024, tanto fisicamente em Bruxelas como em linha, permitindo que todos participem a partir de qualquer lugar. As [inscrições](#) já se encontram abertas.

21 e 22 de março



Conselho Europeu

Os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia [reunir-se-ão](#) em Bruxelas para a primeira reunião ordinária de 2024. Da agenda consta, por exemplo, o tópico do alargamento.

Até 26 de março



Programa Europa Digital disponibiliza 84 milhões de euros para reforçar a IA e a cibersegurança

A Comissão Europeia [publicou](#) uma série de novos convites à apresentação de propostas para o Programa Europa Digital. Está disponível um orçamento específico de 84 milhões de euros para atividades de apoio aos Centros de Operações de Segurança com novas aplicações de IA e outras tecnologias facilitadoras, para a aplicação da legislação da UE em matéria de cibersegurança, como o Regulamento CiberResiliência, bem como para a transição europeia para a criptografia pós-quântica. A data-limite para a apresentação de candidaturas é 26 de março de 2024 às 17:00 CET.



Fórum sobre o Futuro da Agricultura

A Conferência Anual do [Fórum sobre o Futuro da Agricultura](#) terá lugar na terça-feira, 26 de março de 2024, e consistirá em painéis de discussão e diálogos moderados, intervenções interativas, oportunidades de criação de redes e exposições, em direto em Bruxelas e em linha. Serão debatidos os desafios que se colocam ao sistema alimentar e ao ambiente. Inscrições [aqui](#).

2 a 5 de abril



Connecting Europe Days 2024

O evento “[Connecting Europe Days](#)” reunirá políticos, instituições financeiras, representantes da indústria, partes interessadas do setor dos transportes e a Comissão Europeia para debater medidas concretas e trocar boas práticas sobre a criação de uma rede de transportes e mobilidade totalmente descarbonizada, resiliente, sem descontinuidades e digital na Europa. Será feito o balanço dos ambiciosos objetivos estabelecidos no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente.

Até 8 de abril



Comissão Europeia convida agricultores a responder a inquérito sobre simplificação administrativa da PAC

Tal como anunciado nas suas [propostas](#) destinadas a reduzir os encargos a nível administrativo para os agricultores, a Comissão lançou um inquérito em linha para coligir diretamente as opiniões dos agricultores da UE. Este [inquérito](#) vai estar aberto de 7 de março a 8 de abril e é constituído por perguntas breves e simples. Está disponível em português e nas demais línguas oficiais da União Europeia. A título de exemplo, os agricultores são questionados sobre o tempo que gastam anualmente com tarefas

administrativas relacionadas com pedidos de ajuda e envio de informações às autoridades, sobre a utilização de dispositivos móveis para fornecer fotografias com geomarcação, é-lhes pedida uma classificação da complexidade de diferentes procedimentos e regras aplicáveis às explorações agrícolas, e pergunta-se também se recorreram à ajuda de terceiros para preparar e apresentar pedidos de ajuda no quadro da PAC em 2023.

11 e 12 de abril



9.º Fórum da Coesão

Uma oportunidade única para as partes interessadas refletirem sobre o importante papel que a política de coesão desempenha na melhoria do bem-estar de todas as pessoas que vivem na Europa. Numa altura de importantes desenvolvimentos climáticos, tecnológicos, demográficos e geopolíticos, a política de coesão da UE tem de evoluir para cumprir o ambicioso objetivo de tornar as regiões da Europa mais resilientes, competitivas e inclusivas, abraçando a transição ecológica e digital e melhorando as oportunidades para todos os cidadãos europeus.

Entre 11 e 12 de abril de 2024, o Fórum da Coesão reunirá cerca de mil representantes de instituições da UE, autoridades nacionais, regionais e locais de todos os Estados-Membros, parceiros sociais e económicos, organizações não governamentais, académicos, e muitos outros que acompanharão os debates em linha. Neste [sítio Web](#), pode aceder ao programa do evento, a informações sobre os oradores e a algumas informações práticas. A participação é feita apenas por convite.

15 a 18 de abril



Fórum Mundial da Economia Circular 2024

O [principal evento](#) mundial para pensadores, fazedores e líderes da economia circular chega a Bruxelas em abril de 2024, apresentando as soluções circulares mais impactantes de todo o mundo. A participação [em linha](#) está aberta a todos.

Até 16 de abril



5 milhões de euros para apoiar traduções literárias e promoção de livros no âmbito do novo convite à apresentação de propostas do programa Europa Criativa

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de propostas 2024 para a circulação de obras literárias europeias](#) no âmbito do programa Europa Criativa. Apoiada por um orçamento de 5 milhões de euros, esta iniciativa visa facilitar a tradução, publicação, distribuição e promoção de várias formas de obras europeias de ficção, incluindo romances, poesia e banda desenhada, através de aproximadamente 40 projetos. As entidades elegíveis, quer se candidatem individualmente ou como parte de um consórcio, são convidadas a desenvolver estratégias editoriais e promocionais abrangentes para projetos que envolvam pelo menos cinco obras de ficção elegíveis traduzidas de e para línguas elegíveis. A dimensão dos projetos apoiados varia entre projetos de pequena escala (até 10 livros, 100 mil euros), projetos de média escala (até 20 livros, 200 mil euros) e projetos de grande escala (pelo menos 21 livros, 300 mil euros). Os projetos devem respeitar as condições gerais de elegibilidade e incluir um mínimo de cinco traduções. O prazo para apresentação de candidaturas é 16 de abril de 2024. Para informações pormenorizadas e procedimentos de candidatura, visite a [página](#) do convite no Portal de Financiamento e Concursos da UE.

18 de abril



Reunião de líderes: "Fit for the Future: Desafios globais, soluções regionais"

Esta reunião [foi](#) preparada por um esforço conjunto das administrações das regiões participantes no domínio da análise estratégica prospetiva. É essencial para o Governo flamengo cooperar com regiões fortes e inovadoras da UE. A elaboração de políticas a nível europeu beneficia de uma perspetiva regional. Nesta reunião, os líderes governamentais das regiões participantes procederão a uma frutuosa troca de pontos de vista sobre os desafios globais comuns e as potenciais oportunidades de cooperação, a fim de reforçar a resiliência regional e enviar um sinal forte à UE de que as principais alavancas para enfrentar os desafios globais estão nas mãos das regiões.

Até 25 de abril



Votação pública para selecionar o vencedor do prémio Natura 2000

A Comissão Europeia [lançou](#) a votação para selecionar o vencedor do [Prémio do Cidadão Europeu](#) no âmbito da edição de 2024 do [prémio Natura 2000](#), que assinala o 10.º aniversário do prémio. Até 25 de abril, pode votar aqui no seu finalista preferido.

Com 96 candidaturas de 25 Estados-Membros, a edição de 2024 do prémio Natura 2000 foi um grande sucesso. Os 27 finalistas são iniciativas em sítios Natura 2000 na Bélgica, Estónia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Países Baixos. Estas iniciativas constituem exemplos concretos das muitas formas como a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável se podem apoiar mutuamente e contribuir para a criação de ecossistemas resilientes que beneficiem as pessoas, o clima e o planeta.

Até 30 de abril



Concurso para Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa 2026

A Comissão Europeia [lançou](#) um **convite à apresentação de propostas para que as cidades europeias empenhadas na sustentabilidade** se candidatem à edição de 2026 dos Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa. As cidades são convidadas a inscrever-se no concurso através [desta página Web](#) e podem enviar as suas candidaturas até 30 de abril de 2024. Mais informações nesta [notícia](#).



Consulta Pública sobre Ecologização das frotas empresariais

No âmbito do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente, as emissões dos transportes devem ser reduzidas em 90 % até 2050, em comparação com os níveis de 1990. Os mercados de frotas empresariais de veículos ligeiros e pesados acusam uma quilometragem anual elevada e um rápido ritmo de substituição dos veículos. Podem, portanto, encontrar-se bem posicionados para acelerar a transição para uma mobilidade de emissões nulas. Eventuais ações para acelerar esta adoção poderão complementar a aplicação das regras em vigor em matéria de emissões dos transportes rodoviários. A presente consulta [encerra](#) a 30 de abril.



Cursos de Língua Portuguesa nos Benelux

A Coordenação do Ensino Português no Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos informa que está aberto o período de [inscrições](#) para os cursos de língua portuguesa para o próximo ano letivo até ao dia 30 de abril. As novas inscrições poderão ser efetuadas em linha, localmente junto dos professores ou diretamente na Coordenação de Ensino.

9 de maio



Dia da Europa 2023

O Dia da Europa [comemora](#) a assinatura da "Declaração Schuman" a 9 de maio de 1950. Tratou-se dum plano ambicioso para garantir a paz a longo prazo na Europa do pós-guerra, que é considerado o início do que é atualmente a União Europeia. Neste mês de maio, as instituições da UE convidam-no para uma vasta gama de atividades em todos os Estados-Membros da UE, bem como nas sedes das instituições da UE em Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo.



Projeto "YOUTH 4 OUTERMOST REGIONS" – Convite à apresentação de propostas

O [convite à apresentação de propostas](#) para [jovens ou equipas de jovens](#) e para [associações sem fins lucrativos ou estabelecimentos de ensino \(públicos ou privados\)](#) é divulgado no âmbito do projeto "YOUTH 4 OUTERMOST REGIONS". Oferece **apoio financeiro** na forma de subvenções a **jovens com idades entre os 15 e os 24 anos** que se candidatem individualmente ou em equipa, ou a **associações sem fins lucrativos ou estabelecimentos de ensino (públicos ou privados)** cujas atividades se desenvolvam com ou se dirijam a jovens. Os/as candidatos/as têm de ser **residentes legais de uma das nove regiões ultraperiféricas da União Europeia**: FRANÇA - Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Maiote, Ilha da Reunião, São Martinho; PORTUGAL - Açores, Madeira; ESPANHA - Ilhas Canárias. As ações devem contribuir para **melhorar a qualidade de vida de cidadãos e cidadãs** e fomentar o desenvolvimento local/regional, estando adaptadas à situação específica de cada região. As ações podem durar **ou 6 ou 10 meses** e dispor de um **orçamento entre 5 000 euros e 10 000 euros**.

Até 12 de maio



Prémios europeus da Produção Biológica

Estarão abertas, de 4 de março a 14 de maio, as candidaturas para a terceira edição dos prémios europeus da produção biológica. Estarão a concurso 8 prémios em 7 categorias diferentes. Reconhecem diferentes intervenientes ao longo da cadeia de valor biológica que tenham desenvolvido um projeto excelente, inovador, sustentável e inspirador que produza um verdadeiro

valor acrescentado para a produção e o consumo biológicos. Estes prémios não são financeiros e serão atribuídos em 23 de setembro de 2024, que é o Dia Europeu dos Produtos Biológicos. Todas as informações [aqui](#).

Até 14 de maio



Promoção dos produtos agrícolas da UE

A política de promoção da UE visa ajudar os produtores europeus a venderem os seus produtos agrícolas num mercado mundial cada vez mais competitivo, contribuindo simultaneamente para a criação de emprego e para o crescimento a nível interno. Em 2024, a Comissão Europeia atribuirá 185,9 milhões de euros ao financiamento de atividades de promoção de produtos agroalimentares da UE que sejam sustentáveis e de elevada qualidade, quer na UE quer fora da UE. A Comissão adotou o programa de trabalho da política de promoção para 2024, que contribui para a realização das prioridades políticas da Comissão Europeia para 2019-24, em especial das prioridades da [Estratégia do Prado ao Prato](#). Os projetos de promoção selecionados em 2024 devem destacar e favorecer produtos que contribuam para os seguintes objetivos: incentivar práticas sustentáveis na agricultura da UE; melhorar o bem-estar dos animais; promover o consumo de fruta e produtos hortícolas frescos e regimes alimentares saudáveis e sustentáveis. As candidaturas terão de ser apresentadas até ao dia 14 de maio. Todas as informações [aqui](#).

Até 15 de maio



Novo convite à apresentação de projetos apoia organizações culturais que oferecem oportunidades de mobilidade a artistas

Está aberto o terceiro convite à apresentação de propostas da iniciativa [Culture Moves Europe](#) para apoiar as organizações que se preparam para acolher artistas e profissionais da cultura dos 40 países do programa Europa Criativa. Os candidatos selecionados receberão subvenções para ajudar a financiar o acolhimento, a mobilidade e o alojamento de, no máximo, cinco artistas e profissionais da cultura internacionais durante um período máximo de 180 dias.

O presente convite à apresentação de propostas para o maior programa de mobilidade cultural da UE está aberto a todos os potenciais anfitriões, incluindo organizações sem fins lucrativos, fundações, empresas e freelancers, sediados nos 40 países e provenientes dos sectores cultural e criativo, do espetáculo e das artes visuais, da música, do património cultural e da arquitetura, da moda, do *design* e da literatura. O programa de mobilidade oferecerá subvenções a cerca de 7 mil artistas, profissionais da cultura e organizações de acolhimento entre 2022 e 2025. O *Culture Moves Europe* é implementado pelo [Goethe-Institut](#). Mais informações sobre o *Culture Moves Europe* e o [convite à apresentação de candidaturas](#) estão disponíveis em linha.

24 de maio



11 milhões de euros de financiamento europeu para a informação audiovisual sobre assuntos europeus

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas, no valor de 11 milhões de euros, para apoiar a difusão de informação audiovisual independente sobre assuntos europeus por meios de comunicação social pan-europeus. Com o objetivo de aumentar a quantidade, a qualidade e o impacto deste tipo de informação, no maior número possível de línguas e países da UE e, em especial, nos casos em que essa informação é escassa, o convite divide-se em dois temas. O primeiro, no valor de 8 milhões de euros, destina-se aos meios de comunicação social que apresentem propostas para a produção e difusão de programas e reportagens sobre assuntos europeus. Um montante adicional de 3 milhões de euros está disponível para propostas de serviços de informação nas línguas em que a cobertura mediática dos assuntos europeus é limitada (incluindo um serviço de informação internacional em húngaro) e/ou em que a diversidade dos conteúdos informativos da UE pode ser melhorada.

Os candidatos podem candidatar-se a qualquer um dos dois temas. A Comissão selecionará uma proposta para cada tema. O prazo para a apresentação de candidaturas é 24 de maio de 2024. As convenções de subvenção devem ser assinadas em setembro, devendo os projetos ter início em outubro de 2024. Mais informações sobre este convite à apresentação de propostas estão disponíveis [aqui](#).

29 e 30 de maio



Semana Verde 2024: rumo a uma Europa resiliente à água

Confrontada com crises recorrentes relacionadas com a água, esta edição da [conferência anual](#) irá debater o que é necessário para tornar a UE mais resistente à água. A conferência terá lugar entre quarta-feira, 29 de maio, e quinta-feira, 30 de maio. As

inscrições para a conferência serão abertas em abril. A água é um recurso vital partilhado que deve ser transmitido de geração em geração e um dos elementos essenciais para as pessoas, o ambiente e uma economia justa, sustentável e resiliente.

Nos últimos anos, os cidadãos de diferentes partes do continente enfrentaram um surto de catástrofes naturais, como secas e inundações, que tornaram os desafios da UE em matéria de água ainda mais graves e desencadearam uma nova consciencialização para a necessidade de garantir uma Europa resiliente à água. As pressões sobre os recursos hídricos não se devem apenas aos impactos das alterações climáticas, mas também, em primeiro lugar, a décadas de má gestão estrutural deste precioso recurso e à poluição e degradação dos ecossistemas. Mas a resiliência da água não é apenas um desafio para a UE. A nível mundial, o ciclo da água está desequilibrado, intimamente ligado às alterações climáticas e à perda de biodiversidade, que se agravam mutuamente.

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.

Até 4 de junho



Melhor proteção dos tubarões graças a uma pesca e um comércio sustentáveis

A [consulta](#) é dirigida às partes interessadas, dentro e fora da UE, que estão envolvidas na conservação dos recursos marinhos (por exemplo, ONG e autoridades responsáveis), que têm um interesse económico nesta área (por exemplo, intervenientes no setor das pescas, sindicatos, indústria do turismo, operadores e autoridades dos Estados e regiões costeiras, etc.), que pertencem ao meio académico — entre os quais investigadores especializados em questões ambientais, económicas e sociais, incluindo a saúde pública, e que representam os consumidores. Mais pormenores [aqui](#).

11 a 13 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2024

De 11 a 13 de junho, a [Semana Europeia da Energia Sustentável](#) reúne autoridades públicas, empresas privadas, ONG e consumidores para promover iniciativas que acelerem a descarbonização através de tecnologias e soluções ecológicas, com vista a uma transição justa e equitativa para as pessoas e empresas competitivas. Mais informações [aqui](#).

Até 24 de setembro



Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão (MIE)

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de projetos](#) no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão - Mecanismo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF). Estão disponíveis mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos para os transportes rodoviários, marítimos, fluviais e aéreos ao longo da RTE-T, a rede transeuropeia de transportes: rede rodoviária - apoio a estações de recarga elétrica de alta potência e a estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como a estações de recarga de megawatts para veículos pesados; aeroportos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio; portos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio e, pela primeira vez, às instalações de reabastecimento de amoníaco e metanol.

7 a 10 de outubro



22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da “EURegionsWeek”? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da UE e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da UE e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da UE num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais. Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#).



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Ecosistema industrial agroalimentar mais ecológico, digital e resiliente na UE: documento de orientação

A Comissão Europeia publicou um documento de orientação, que designou de [Roteiro para a transição do ecossistema industrial agroalimentar](#), que se centra na indústria de transformação de alimentos. O documento foi criado em conjunto pela Comissão, pelos Estados-Membros e por partes interessadas, como associações industriais e ONGs. São identificados desafios e oportunidades especificamente para esta parte da cadeia de valor, e são propostas ações para aumentar a sua contribuição para um sistema agroalimentar da UE competitivo, sustentável, resiliente e justo. Salienta-se que a competitividade e a resiliência do sistema alimentar exigem retornos justos para todos os intervenientes na cadeia de valor, investimentos inteligentes em sustentabilidade para limitar a inflação alimentar, apoio à atratividade internacional das exportações agroalimentares da UE e implementação de modelos empresariais circulares.

As partes interessadas industriais são incentivadas a adotar o [Código de Conduta da UE sobre Práticas Empresariais e de Comercialização Responsáveis no Setor Alimentar](#), sugerindo simultaneamente ações que permitam alcançar os objetivos de sustentabilidade do Código. Propõe-se igualmente reforçar a colaboração entre diferentes organizações de apoio às empresas e aumentar a sensibilização para as oportunidades de financiamento em I&I, especialmente no que respeita à inovação em matéria de sustentabilidade. Além disso, o roteiro apresenta as políticas e os programas da UE que podem ser mobilizados para apoiar a transição para uma economia verde, digital e sustentável.



Ambiente

Reduzir a poluição causada pela indústria e pelas grandes explorações pecuárias

As novas regras vão reduzir as emissões nocivas das instalações industriais e das grandes explorações de suínos e aves de capoeira, contribuindo para proteger a saúde humana e o ambiente. O Parlamento Europeu [aprovou](#) o acordo com os países da UE sobre a revisão da [Diretiva Emissões Industriais](#), por 393 votos a favor, 173 votos contra e 49 abstenções, e o novo regulamento sobre o [Portal das Emissões Industriais](#), por 506 votos a favor, 82 votos contra e 25 abstenções.

As novas regras tornarão obrigatória a fixação dos níveis de emissões mais rigorosos possíveis para os setores abrangidos. Para combater a escassez de água, o consumo deverá respeitar obrigatoriamente os objetivos de desempenho ambiental. Já no que respeita aos resíduos, à eficiência na utilização dos recursos, à eficiência energética e à utilização de matérias-primas, os objetivos estarão

dentro de um intervalo. Os objetivos para as novas técnicas serão indicativos. A diretiva revista abrangerá também as minas, e as grandes fábricas de baterias.

Os legisladores concordaram em alargar as medidas da diretiva às explorações suínolas com mais de 350 [cabeças normais](#). Estão excluídas as explorações que criam suínos de forma extensiva ou biológica e no exterior durante um período significativo durante o ano. No caso das aves de capoeira, a diretiva aplica-se às explorações com mais de 300 galinhas poedeiras e às explorações com mais de 280 frangos. Para as explorações de criação de suínos e aves de capoeira, o limite será de 380 cabeças normais. Até 31 de dezembro de 2026, a Comissão Europeia avaliará se é necessário continuar a abordar as emissões provenientes da criação de animais, incluindo de bovinos, bem como uma cláusula de reciprocidade para garantir que os produtores fora da UE cumprem requisitos semelhantes às regras da UE quando exportam para a UE.

Parlamento melhora a proteção dos consumidores contra alegações enganosas

O Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição sobre a criação de um sistema de verificação e pré-aprovação das alegações de *marketing* ambiental, para proteger os cidadãos de publicidade enganosa. A Diretiva Alegações Ecológicas vem obrigar as empresas a apresentar provas antes de anunciarem os produtos como «biodegradável» ou como tendo conteúdo «biobaseado», entre outras alegações. Os países da UE teriam de atribuir peritos para pré-aprovar a utilização dessas alegações, a fim de proteger os consumidores de publicidade infundada e ambígua.

O Parlamento pretende que as alegações e os elementos de prova sejam avaliados no prazo de 30 dias, mas os produtos mais simples podem beneficiar de uma verificação mais rápida ou mais fácil. As microempresas não seriam abrangidas pelas novas regras e as pequenas e médias empresas teriam mais um ano para cumprir as regras, em comparação com empresas de maior dimensão. As empresas que infringem as regras podem sofrer penalizações, como ser temporariamente excluídas dos concursos públicos, perder as suas receitas e ficar sujeitas a coimas de, pelo menos, 4 % do volume de negócios anual.

As alegações ecológicas baseadas em exclusivo nos regimes de compensação das emissões de gases com efeito de estufa continuarão a ser proibidas. No entanto, as empresas poderiam mencionar os regimes de compensação das emissões e de remoção de carbono nos seus anúncios quando já tiverem reduzido as emissões tanto quanto possível e utilizarem estes regimes apenas para as emissões residuais. Os créditos de carbono dos regimes de compensação devem ser certificados e de elevada integridade, como os estabelecidos ao abrigo do quadro de [certificação das remoções de carbono](#). O Parlamento decidiu igualmente que as alegações ecológicas sobre produtos que contêm substâncias perigosas continuam a ser possíveis por enquanto, mas a Comissão deve avaliar num futuro próximo se devem ser totalmente proibidas.

Comissão define as principais medidas de gestão dos riscos climáticos para proteger as pessoas e garantir prosperidade

A Comissão Europeia [publicou](#) uma [comunicação](#) sobre a gestão dos riscos climáticos na Europa. Esta comunicação estabelece a forma como a UE e os seus Estados-Membros podem antecipar, compreender e enfrentar melhor os riscos climáticos crescentes. Apresenta ainda a forma como podem preparar e aplicar políticas que salvem vidas, reduzam custos e garantam a prosperidade em toda a UE.

A comunicação dá resposta à primeira Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos (EUCRA), um relatório científico da Agência Europeia do Ambiente. Em conjunto, constituem um apelo à ação para todos os níveis de governo, bem como para o setor privado. Definem claramente a forma como todos os principais setores e domínios de intervenção estão expostos aos riscos relacionados com o clima, a gravidade e a urgência desses riscos e a importância de saber claramente quem tem a responsabilidade de os enfrentar.

2023 foi o ano mais quente de que há registo. De acordo com o relatório de fevereiro do Serviço *Copernicus* para as Alterações Climáticas, a temperatura média global nos 12 meses anteriores ultrapassou o limiar de 1,5 graus estabelecido no Acordo de Paris. Enquanto a UE está a tomar medidas abrangentes para reduzir as suas emissões e limitar as alterações climáticas, temos também de tomar medidas para nos adaptarmos a alterações já inevitáveis e para proteger as pessoas.

Parlamento Europeu apela a regras mais rigorosas para reduzir o desperdício de têxteis e alimentos

O Parlamento adotou propostas para melhor prevenir e reduzir o desperdício de alimentos e têxteis em toda a UE. Os deputados europeus aprovaram sua [posição](#) em primeira leitura sobre a revisão proposta do Quadro de Resíduos. As propostas incluem metas mais rigorosas para reduzir o desperdício de alimentos, com objetivos vinculativos a serem alcançados até 31 de dezembro de 2030: pelo menos 20% na transformação e fabricação de alimentos (em vez dos 10% propostos pela Comissão) e 40% per capita no retalho, restaurantes, serviços de alimentação e domicílios (em vez de 30%). O Parlamento também quer que a Comissão avalie se metas mais ambiciosas para 2035 (pelo menos 30% e 50%, respetivamente) deveriam ser introduzidas e, caso afirmativo, solicita que sejam avançadas nova proposta legislativa.

8ª avaliação intercalar do Programa de Ação Ambiental confirma que os objetivos climáticos e ambientais para 2030 estão a ser cumpridos

A [revisão intercalar do 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente](#) (PAA) sublinha que muitas das ações planeadas, como as alterações legislativas, foram concretizadas, mas é demasiado cedo para avaliar o seu impacto no ambiente, uma vez que ainda não foram aplicadas no terreno. Os progressos em matéria de atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas incluem a adoção de legislação fundamental para alcançar a neutralidade climática, em especial a [Lei Europeia do Clima](#), o pacote legislativo "[Fit for 55](#)" e a [Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas para 2021](#). **As emissões líquidas de gases com efeito de estufa (GEE) da UE estão a diminuir de forma constante, com uma redução de 32,5 % em 2022, em comparação com os níveis de 1990.** No entanto,

é referido que são necessários progressos mais rápidos para cumprir o objetivo da UE para 2030 de reduzir as emissões de GEE em, pelo menos, 55% e alcançar a neutralidade climática até 2050.

Os efeitos das alterações climáticas nos ecossistemas naturais, nos setores socioeconómicos e na saúde e bem-estar das pessoas fazem-se sentir cada vez mais, em especial devido à maior frequência e intensidade dos fenómenos extremos relacionados com o clima. Ontem, a [Comissão Europeia adotou uma Comunicação sobre a gestão dos riscos climáticos na Europa](#) para proteger as pessoas e promover a prosperidade, em resposta aos dados fornecidos na primeira [Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos](#) (EUCRA), um relatório científico publicado pela Agência Europeia do Ambiente.



Coesão e solidariedade interna da UE

Nova política de coesão: Parlamento Europeu avalia o período anterior e identifica novas prioridades

As lições aprendidas com a implementação da coesão entre 2014 e 2020 devem ser refletidas na nova política de coesão após o atual período de programação, [insistem](#) os eurodeputados. Embora no período de 2014-2020 os fundos de coesão da UE tenham sido utilizados para financiar medidas e iniciativas para combater crises consecutivas, como a pandemia da COVID-19 ou a agressão russa à Ucrânia, os seus impactos positivos foram sentidos em toda a UE, contribuindo para apoiar as PME e as empresas, o clima e a transição digital, a investigação e a inovação, bem como o emprego e a inclusão social.

Os eurodeputados insistem que a coesão deve continuar a ser o principal instrumento de investimento da UE para reduzir as disparidades e assegurar o desenvolvimento económico, social e territorial. Os eurodeputados consideram que o orçamento global da coesão deve ser aumentado, o princípio da gestão partilhada reforçado e a estrutura da coesão simplificada para garantir uma implementação mais eficiente no novo período de programação. Os eurodeputados apoiam a flexibilidade integrada da crise no orçamento de coesão, mas insistem que deve caber às autoridades de gestão reorientar o financiamento da coesão sem o envolvimento da Comissão e sem iniciativas legislativas. Os eurodeputados reiteram o seu apelo para que a coesão após 2027 seja dividida em partes de conteúdo, que devem ser finalizadas primeiro para evitar atrasos na implementação, e em partes financeiras a serem concluídas mais tarde. Os eurodeputados insistem que a implementação da coesão deve ser baseada no desempenho e ter marcos tangíveis e querem reforçar o princípio de "não prejudicar a coesão", o que significa que nenhuma ação política deve contribuir para as disparidades regionais.

Mais de 66 milhões de euros de fundos da política de coesão apoiam o desenvolvimento do primeiro terminal aeroportuário bioclimático do mundo na ilha da Reunião

O novo terminal do aeroporto de Roland Garros, na ilha da Reunião, em França, [foi](#) inaugurado, dando à região o primeiro terminal aeroportuário bioclimático do mundo. Com um financiamento de mais de 66 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o período de programação 2014-2020, este investimento irá apoiar o crescimento económico local, melhorar a conectividade desta região ultraperiférica da UE e contribuir para a descarbonização da infraestrutura.

O novo terminal de chegadas utiliza o vento para arrefecer o edifício, cujo design moderno e engenharia inovadora optimizam a utilização de energias renováveis e a ventilação natural. Foram igualmente instalados painéis fotovoltaicos para fornecer a eletricidade necessária ao funcionamento do aeroporto. Para este terminal, as zonas de chegada dos passageiros foram reconfiguradas e o sistema modernizado de tratamento das bagagens está em conformidade com as diretivas dos últimos regulamentos de segurança da UE. O aeroporto também suporta 18 600 postos de trabalho diretos e espera-se que contribua com 4% para o PIB global da ilha, o que o torna um importante motor de crescimento económico para a comunidade local.



Cultura e Comunicação

Nova legislação para proteger os jornalistas e a liberdade de imprensa na UE

Na quarta-feira, os eurodeputados [deram](#) luz verde final à nova legislação para proteger os jornalistas e os média da União Europeia contra interferências políticas ou económicas. A nova legislação, aprovada por 464 votos a favor, 92 votos contra e 65 abstenções, obriga os Estados-Membros a proteger a independência dos meios de comunicação social e proíbe todas as formas de intervenção nas decisões editoriais.

As autoridades serão proibidas de pressionar jornalistas e editores a revelar as suas fontes, nomeadamente através da sua detenção, de sanções, de buscas nos escritórios ou da instalação de *software* de vigilância intrusivo nos seus dispositivos eletrónicos. O Parlamento Europeu acrescentou salvaguardas consideráveis para permitir a utilização de *software* espião, que só será possível numa base casuística e mediante autorização de uma autoridade judicial que investigue crimes graves puníveis com pena de prisão. Mesmo nestes casos, quem tiver sido alvo de vigilância tem o direito de ser informado após esta ter acontecido e poderá contestar em tribunal.

Para impedir que os meios de comunicação social públicos sejam utilizados para fins políticos, os seus dirigentes e membros do conselho de administração devem ser selecionados através de procedimentos transparentes e não discriminatórios, para mandatos suficientemente longos. Não será possível demiti-los antes do termo do seu contrato, a menos que deixem de satisfazer os critérios

profissionais. Os meios de comunicação social públicos terão de ser financiados através de procedimentos claros e objetivos e o financiamento deve ser sustentável e previsível.

Novo convite à apresentação de projetos apoia organizações culturais que oferecem oportunidades de mobilidade a artistas

Está aberto o terceiro convite à apresentação de propostas da iniciativa [Culture Moves Europe](#) para apoiar as organizações que se preparam para acolher artistas e profissionais da cultura dos 40 países do programa Europa Criativa. Os candidatos selecionados receberão subvenções para ajudar a financiar o acolhimento, a mobilidade e o alojamento de, no máximo, cinco artistas e profissionais da cultura internacionais durante um período máximo de 180 dias.

O presente convite à apresentação de propostas para o maior programa de mobilidade cultural da UE está aberto a todos os potenciais anfitriões, incluindo organizações sem fins lucrativos, fundações, empresas e freelancers, sediados nos 40 países e provenientes dos sectores cultural e criativo, do espetáculo e das artes visuais, da música, do património cultural e da arquitetura, da moda, do *design* e da literatura.

O convite está aberto até 15 de maio de 2024. O programa *Culture Moves Europe* dispõe de um orçamento de 21 milhões de euros do programa Europa Criativa, que celebra este ano o seu 10.º aniversário. O programa de mobilidade oferecerá subvenções a cerca de 7 mil artistas, profissionais da cultura e organizações de acolhimento entre 2022 e 2025. O *Culture Moves Europe* é implementado pelo [Goethe-Institut](#). Mais informações sobre o *Culture Moves Europe* e o [convite à apresentação de candidaturas](#) estão disponíveis em linha.



Defesa e Segurança

Guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia: UE prorroga por mais seis meses as sanções individuais por violações da integridade territorial

O Conselho [decidiu](#) prorrogar por mais seis meses, até **15 de setembro de 2024**, as medidas restritivas contra os responsáveis por comprometer ou ameaçar a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia. As medidas restritivas em vigor preveem restrições de viagem aplicáveis a pessoas singulares, o **congelamento de bens** e a **proibição de disponibilizar fundos ou outros recursos económicos** às pessoas e entidades incluídas na lista. As sanções continuarão a aplicar-se a mais de 2100 pessoas e entidades, muitas das quais são visadas no contexto da resposta à agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia.

No contexto da revisão das sanções, o Conselho decidiu também não renovar a inclusão de três pessoas na lista e retirar nove pessoas falecidas da lista. Após 24 de fevereiro de 2022, em resposta à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, a UE alargou maciçamente as sanções contra a Rússia, com o objetivo de enfraquecer de forma significativa a base económica da Rússia, privando-a do acesso a tecnologias e mercados críticos, o que reduz substancialmente a sua capacidade de levar a cabo uma guerra.

Em 14 e 15 de dezembro de 2023, o Conselho Europeu adotou conclusões em que reiterou a sua firme condenação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que constitui uma violação manifesta da Carta das Nações Unidas, e reafirmou o apoio inabalável da UE à independência, à soberania e à integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, bem como ao direito inerente de legítima defesa da Ucrânia contra a agressão da Rússia. O Conselho Europeu declarou igualmente que a capacidade da Rússia para travar a sua guerra de agressão tem de ser ainda mais enfraquecida, nomeadamente através de sanções mais reforçadas, da sua aplicação plena e efetiva e da prevenção da evasão às mesmas.

Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre comércio mais seguro de armas de fogo

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre as regras atualizadas da UE relativas à importação, exportação e trânsito de armas de fogo para e a partir da UE. As novas regras têm por objetivo colmatar as lacunas do tráfico de armas de fogo, facilitando simultaneamente o comércio e a circulação de armas de fogo utilizadas para fins legítimos. O regulamento revisto sobre armas de fogo visa limitar o tráfico de armas de fogo através de regras comuns e de procedimentos de licenciamento e autorização, de controlos coordenados e de uma melhor rastreabilidade das armas de fogo para uso civil. Deste modo, evitar-se-á que as armas de fogo civis legalmente fabricadas e exportadas sejam desviadas para o mercado ilegal. O Conselho e o Parlamento Europeu acordaram provisoriamente em manter os princípios fundamentais da proposta da Comissão, sublinhando a necessidade de fluidez das transações e reforçando simultaneamente a segurança dos cidadãos.

Comissão atribui 500 milhões de euros para aumentar a produção de munições, de um total de 2 mil milhões de euros para reforçar a indústria de defesa da UE

A Comissão Europeia [atribuiu](#) os 500 milhões de euros previstos ao abrigo da [Lei de Apoio à Produção de Munições](#) (ASAP). Tal permitirá à indústria europeia da defesa aumentar a sua capacidade de produção de munições para 2 milhões de reservatórios por ano até ao final de 2025. A Comissão lançou igualmente o programa de trabalho para o [instrumento de reforço da indústria europeia de defesa através da contratação](#) pública colaborativa (EDIRPA) e o quarto programa de trabalho anual do [Fundo Europeu de Defesa](#) (FED).

No seu conjunto, estes programas dispõem de um orçamento de quase 2 mil milhões de euros. Os passos hoje dados no sentido do reforço da base tecnológica e industrial de defesa europeia são dados na sequência da adoção da primeira [Estratégia Industrial Europeia de Defesa](#) (SESD) e da proposta conexas de um [Programa Europeu para a Indústria de Defesa](#) (EDIP).

Com o apoio da ASAP, a Europa deverá atingir uma capacidade anual de produção de munições de **2 milhões de munições até ao final de 2025**. A Comissão concluiu a avaliação ao abrigo do Regulamento ASAP em tempo recorde e [selecionou 31 projetos](#) para ajudar a indústria europeia a aumentar a sua produção e preparação de munições. Os projetos selecionados abrangem cinco domínios: explosivos, pós, reservatórios, mísseis e certificação de ensaios e acondicionamento. Os projetos serão financiados com 513 milhões de euros a partir dos orçamentos da UE e da Noruega. Este financiamento mobilizará investimentos adicionais da indústria através do cofinanciamento, resultando num investimento total de cerca de 1,4 mil milhões de euros na cadeia de abastecimento.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

Conselho dá o primeiro passo para novas regras da UE sobre a suspensão da isenção de vistos para países terceiros

Os embaixadores dos Estados-Membros da UE (COREPER) definiram a sua posição sobre um projeto de regulamento que [atualiza](#) um mecanismo que permite à UE suspender as viagens com isenção de visto para países terceiros cujos nacionais estão isentos da obrigação de visto quando viajam para o espaço Schengen. Esta nova lei, quando adotada, reforçará o conjunto de instrumentos da UE para fazer face a situações em que as viagens com isenção de visto estão a ser utilizadas de forma abusiva ou são contrárias aos interesses da UE.



Economia e Mercado

Produtos defeituosos: rever as regras para melhor proteger os consumidores

Os eurodeputados [adotaram](#) novas regras para proteger os consumidores da UE e responder ao aumento das compras *online*, às tecnologias emergentes e à transição para uma economia circular. Em breve, os consumidores da UE conseguirão mais facilmente ser indemnizados por danos causados por produtos defeituosos. Esta terça-feira, os eurodeputados adotaram o [texto que havia sido previamente negociado com os representantes dos governos da UE](#), com 543 votos a favor, seis contra e 58 abstenções.

A diretiva atualizada reduz os requisitos relativos ao ónus da prova para os demandantes de indemnização e anula o limiar mínimo de danos de 500 euros. Normalmente, o demandante tem de provar que o produto era defeituoso e que o seu defeito causou os danos especificados. Agora, um tribunal pode presumir que o produto é defeituoso, especialmente nos casos mais complexos do ponto de vista técnico e científico. O tribunal também pode ordenar às empresas que divulguem os elementos de prova, dentro do que é «necessário e proporcionado», para ajudar as vítimas de danos nos seus pedidos de indemnização. As novas regras também permitem que as autoridades nacionais de defesa do consumidor prestem ajuda adicional aos consumidores.

Os consumidores poderão obter uma indemnização por danos materiais, quando os seus bens foram destruídos, mas também uma indemnização por perdas não patrimoniais, incluindo danos médicos reconhecidos para a saúde psicológica. A nova lei também garante que aqueles que foram prejudicados com a perda de dados, destruídos ou corrompidos (como por exemplo, quando os ficheiros são apagados de um disco rígido), também serão elegíveis para indemnização.

Comissão publica a via de transição para um ecossistema retalhista mais resiliente, digital e ecológico

A Comissão Europeia publicou a [via de transição para um ecossistema retalhista mais resiliente, digital e ecológico](#). Trata-se de um plano desenvolvido conjuntamente pela Comissão, os Estados-Membros, as empresas, os parceiros sociais e as ONG. A trajetória identifica desafios e oportunidades para o ecossistema retalhista e propõe ações para apoiar a sua transformação digital, ecológica e de competências e melhorar a sua resiliência. A trajetória destaca uma transição justa e equitativa para todas as partes interessadas do ecossistema, incluindo a mão de obra, os consumidores e as empresas de todas as dimensões e tipos. Incentiva os agentes económicos, os parceiros sociais e as autoridades nacionais, regionais e locais a participarem no processo de aplicação conjunta e a contribuir para um ecossistema de retalho competitivo, sustentável, resiliente e justo.

O retalho é o maior ecossistema industrial, representando 11,5% do valor acrescentado da UE. É também o maior sector de emprego da economia da UE, empregando quase 30 milhões de pessoas em 5,5 milhões de empresas, 99% das quais são PME. O ecossistema retalhista desempenha um papel crucial na distribuição de produtos, servindo 450 milhões de consumidores da UE todos os dias. É também uma parte essencial do tecido social das comunidades urbanas e rurais, contribuindo significativamente para a criação de emprego local e para a vitalidade e atratividade dos centros das cidades.

Parlamento apoia regras mais rigorosas da UE para a segurança dos brinquedos

A proposta de legislativa [visa](#) reduzir o número de brinquedos pouco seguros vendidos no mercado único da UE e melhor proteger as crianças dos riscos relacionados com os brinquedos. O Parlamento aprovou, esta quarta-feira, a sua posição sobre a reformulação das regras da UE em matéria de segurança dos brinquedos com 603 votos a favor, cinco votos contra e 15 abstenções. O texto responde a

uma série de novos desafios, decorrentes principalmente dos brinquedos digitais e das compras *online*, convertendo a diretiva em vigor num regulamento diretamente aplicável.

Centrada na saúde e no desenvolvimento das crianças, a proposta reforça os requisitos e as proibições de determinadas substâncias químicas nos brinquedos. A atual proibição de substâncias cancerígenas e mutagénicas ou de substâncias tóxicas para a reprodução (substâncias CRM) é alargada a produtos químicos particularmente nocivos para as crianças, como os desreguladores endócrinos ou os produtos químicos que afetam o sistema respiratório. As regras também visam produtos químicos que são tóxicos para órgãos específicos ou que são persistentes, bioacumuláveis e tóxicos. Os brinquedos também não devem conter substâncias alcalinas perfluoroalquiladas nem polifluoroalquiladas ([PFAS](#)).

UE-Suíça: Conselho adota mandato de negociação sobre as relações futuras

O Conselho [autorizou](#) a Comissão a negociar com a Suíça, em nome da UE, um vasto pacote de medidas, como base para as relações futuras entre a UE e a Suíça. Aprovou também as diretrizes de negociação correspondentes. O objetivo das negociações é modernizar e aprofundar as relações bilaterais entre a UE e a Suíça, assegurar condições de concorrência equitativas entre as empresas da UE e da Suíça que operam no mercado interno e garantir a proteção dos direitos dos cidadãos da UE na Suíça, incluindo a prevenção da discriminação entre cidadãos de diferentes Estados-Membros. O mandato tem igualmente em conta as preocupações da Suíça, permitindo exceções limitadas ao alinhamento pelas regras da UE nos domínios da livre circulação de pessoas, do destacamento de trabalhadores e do transporte ferroviário e rodoviário.

Conselho e Parlamento chegam a acordo para alargar a utilização de ferramentas digitais no domínio do direito das sociedades da UE

O Conselho e o Parlamento Europeu [alcançaram](#) a um acordo provisório sobre a diretiva de alteração que visa reforçar a generalização e modernização da utilização de ferramentas e processos digitais no domínio do direito das sociedades. As novas regras farão com que seja mais fácil aceder aos dados das sociedades, reforçarão a confiança e a transparência nas sociedades em todos os Estados-Membros, criarão administrações públicas mais interligadas e reduzirão a burocracia para as sociedades e outras partes interessadas em situações transfronteiriças. A diretiva contribuirá assim para um mercado único mais integrado e digitalizado para as sociedades.

A proposta da Comissão visa assegurar que os dados das sociedades constantes dos registos comerciais sejam exatos, fiáveis e atualizados, disponibilizando ao público mais informações sobre as sociedades a nível da UE através do Sistema de Interconexão dos Registos das Empresas (BRIS). A proposta visa igualmente reduzir a burocracia quando as sociedades utilizam informações sobre as sociedades provenientes dos registos comerciais em situações transfronteiriças. Por exemplo, a proposta elimina formalidades, como a necessidade de apostila nos documentos das sociedades através de um modelo digital comum (a procuração digital da UE), e incentiva a utilização do "princípio da declaração única" quando as sociedades criam filiais e sucursais noutros Estados-Membros. Introduce igualmente um certificado "sociedade da UE" multilingue a utilizar em situações transfronteiriças.



Emprego e Demografia

Trabalhadores das plataformas: Conselho confirma acordo sobre novas regras para melhorar as suas condições de trabalho

Os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais da UE [confirmaram](#) o acordo provisório alcançado em 8 de fevereiro de 2024 entre a Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu sobre a diretiva relativa ao trabalho nas plataformas digitais. Este ato jurídico da UE visa melhorar as condições de trabalho e regular a utilização de algoritmos pelas plataformas de trabalho digitais.

A diretiva tornará mais transparente a utilização de algoritmos na gestão dos recursos humanos, assegurando que os sistemas automatizados são monitorizados por pessoal qualificado e que os trabalhadores têm o direito de contestar decisões automatizadas. Ajudará igualmente a determinar corretamente o estatuto profissional das pessoas que trabalham para plataformas, permitindo-lhes beneficiar dos direitos laborais lhes assistem.

O acordo alcançado com o Parlamento garante que os trabalhadores são **devidamente informados** sobre a utilização de sistemas automatizados de monitorização e tomada de decisões, nomeadamente no que respeita ao seu recrutamento, às suas condições de trabalho e aos seus rendimentos. **Proíbe** igualmente a **utilização de sistemas automatizados de monitorização** ou tomada de decisões para o tratamento de determinados tipos de dados pessoais das pessoas que trabalham nas plataformas digitais, tais como dados biométricos ou o seu estado emocional ou psicológico. **A supervisão e a avaliação humanas** são igualmente garantidas no que diz respeito às decisões automatizadas, incluindo o direito a que essas decisões sejam explicadas e reapreciadas.



Energia

Eficiência energética dos edifícios: PE aprova planos para descarbonizar setor

A proposta de revisão da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios [visa](#) reduzir substancialmente as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e o consumo de energia no setor dos edifícios da UE até 2030, e torná-lo climaticamente neutro até 2050. Visa também renovar mais edifícios com pior desempenho do ponto de vista energético e melhorar a partilha de informações sobre o desempenho energético. A partir de 2030, todos os novos edifícios devem ter emissões nulas; os novos edifícios ocupados ou propriedade de

autoridades públicas devem ter emissões nulas até 2028. Os Estados-Membros podem ter em conta o potencial de aquecimento global do ciclo de vida de um edifício, que inclui a produção e a eliminação dos produtos de construção utilizados para o construir.

No caso dos edifícios residenciais, os Estados-Membros devem tomar medidas para assegurar uma redução do consumo médio da energia primária de, no mínimo, 16 % até 2030 e de, pelo menos, 20 a 22 % até 2035. Segundo a nova diretiva, os Estados-Membros devem renovar os edifícios não residenciais de acordo com requisitos mínimos de desempenho energético. O objetivo consiste em renovar 16 % dos edifícios menos eficientes em termos energéticos até 2030 e 26 % até 2033. Sempre que seja técnica e economicamente adequado, os Estados-Membros devem aumentar gradualmente o número de instalações solares em edifícios públicos e não residenciais, em função da sua dimensão, e em todos os novos edifícios residenciais até 2030.



Estado de Direito e Democracia

Novas regras para reprimir a evasão e a violação das sanções da UE

Os eurodeputados [aprovaram](#), esta terça-feira, novas regras para harmonizar a aplicação de sanções da União Europeia em todos os Estados-Membros. Com 543 votos a favor, 45 votos contra e 27 abstenções, o Parlamento Europeu adotou uma diretiva, acordada com os governos da União Europeia (UE), que criminaliza a violação e a evasão às sanções da UE. Esta diretiva introduz regras mínimas para definir as infrações penais e as sanções mínimas aplicáveis à violação de medidas restritivas da União.

As sanções da UE podem consistir no congelamento de fundos e ativos (incluindo criptoativos), proibições de viagem, embargos de armas e restrições aos setores empresariais. Embora as sanções sejam adotadas a nível da UE, a execução depende dos Estados-Membros, entre os quais diferem as definições de violação de sanções e associadas.

A nova legislação estabelece definições consistentes para violações, incluindo o não congelamento de fundos, o não respeito de proibições de viagens ou embargos de armas, a transferência de fundos para pessoas sujeitas a sanções, ou a realização de negócios com entidades estatais de países sujeitos a sanções. A prestação de serviços financeiros ou de consultoria jurídica em violação das sanções tornar-se-á igualmente uma infração punível.

A lei define igualmente que condutas constituem uma evasão às sanções e garante que passam a ser punidas. Exemplos de evasão de uma medida restritiva da UE: ocultar ou transferir fundos que devem ser congelados, esconder a verdadeira propriedade da propriedade e não reportar informações necessárias. A lei especifica ainda que a ajuda humanitária ou o apoio a necessidades humanas básicas não devem ser considerados como violações de sanções.

UE introduz novas regras em matéria de transparência e de direcionamento da propaganda política

O Conselho [adotou](#) um regulamento sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política, destinado a combater a manipulação da informação e a ingerência estrangeira nas eleições. O regulamento permitirá aos cidadãos reconhecerem mais facilmente os anúncios de cariz político, compreenderem quem está por trás desses anúncios e perceberem se foram alvo de publicidade direcionada, para que estejam em melhor posição para fazer escolhas informadas. Assegurará igualmente que a propaganda política tenha lugar no pleno respeito do direito à privacidade e que a liberdade de opinião e a liberdade de expressão sejam protegidas.

As novas regras abrangem a transparência e o direcionamento da propaganda política em relação a eleições, referendos ou processos legislativos a nível da UE ou de um Estado-Membro. Não afetam o conteúdo dos anúncios de cariz político nem outros aspetos da propaganda política, como a realização de campanhas políticas, que continuam sujeitos às regras nacionais específicas dos Estados-Membros. Os conteúdos sob responsabilidade editorial, assim como as opiniões expressas a título pessoal, não são abrangidos.

Pacote de procedimentos de infração de março: principais decisões

Regularmente, a Comissão Europeia [toma](#) decisões relativas a procedimentos de infração iniciados contra os Estados-Membros que não cumprem as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Essas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas. A Comissão decidiu também encerrar 50 procedimentos, uma vez que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem ser necessário dar seguimento ao procedimento. Para mais informações sobre os procedimentos de infração da UE, ver a secção [Perguntas Frequentes](#). Para mais pormenores sobre decisões anteriores relativas a um procedimento, consultar o [registo das decisões de infração](#).

Ajuda humanitária: Parlamento insta Israel a abrir os todos pontos de passagem para Gaza

Os eurodeputados estão profundamente preocupados com a situação humanitária catastrófica em Gaza, incluindo o risco iminente de fome generalizada. Numa resolução aprovada por 372 votos a favor, 44 votos contra e 120 abstenções, os eurodeputados [apelam](#) a Israel para que autorize e facilite imediatamente a entrega total de ajuda a Gaza, através de todos os pontos de passagem existentes. Também apontam a necessidade urgente de um acesso humanitário rápido, seguro e sem entraves. Os eurodeputados reiteram o seu apelo a um cessar-fogo imediato e permanente para resolver o risco iminente de fome generalizada em Gaza e pedem a libertação imediata e incondicional de todos os reféns. O [Comitê Internacional da Cruz Vermelha](#) deve ter acesso imediato a todos os reféns israelenses mantidos em Gaza para fornecer-lhes cuidados médicos.

O Parlamento congratula-se com os corredores de ajuda marítima a Gaza, mas sublinha que a distribuição por terra deve ser a prioridade. Lamentando a propagação de doenças e as mortes de crianças devido a subnutrição e desidratação, os eurodeputados instam as autoridades israelitas a abrirem os pontos de passagem de Rafah, Kerem Shalom, Karmi e Erez. Os eurodeputados reconhecem ainda o papel indispensável da [Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Médio Oriente](#).



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social, Migrações, Cidadania

Dia Internacional da Mulher: superação de obstáculos

As jogadoras da seleção nacional espanhola de futebol feminino Ivana Andrés e Alba Redondo [discursaram](#) no Parlamento Europeu, numa cerimónia que assinalou o Dia Internacional da Mulher. A presidente do Parlamento Europeu agradeceu às jogadoras por quebrarem estereótipos e mostrarem que o género não é um fator que impeça o caminho para o sucesso. Notou, no entanto, que a desigualdade no desporto persiste na cobertura mediática, no patrocínio e na remuneração, sendo parte de um problema sistémico que o Parlamento está a trabalhar arduamente para erradicar. Roberta Metsola afirmou que cabe a cada um de nós facilitar esta mudança de paradigma, tornando mais fácil para as mulheres eliminar barreiras injustas e recordar o trabalho que ainda está por fazer.

Num discurso conjunto, Alba Redondo e Ivana Andrés disseram que uma sociedade mais justa e mais igualitária precisa ser construída através da educação. O desporto é uma ferramenta única que pode mudar vidas e as raparigas de todo o mundo devem receber modelos femininos para ajudá-las a superar os obstáculos. "A próxima Alexia Putellas está por aí algures (...) Está à espera de receber uma oportunidade. Vamos certificar-nos de que ela a recebe", concluíram. A vice-presidente da Comissão Europeia, Vera Jourova, pronunciou-se contra a violência que as mulheres enfrentam na vida pública, assim como jornalistas e políticos, que por esse motivo são obrigadas a abandonar as suas funções. A comissária responsável pela pasta dos Valores e da Transparência pediu aos Estados-Membros que punissem os autores dos crimes e que os empregadores defendessem ativamente as mulheres quando são vítimas de assédio, incluindo online.

Os oradores dos grupos políticos referiram as muitas realizações desta legislatura, como a adesão da União Europeia à Convenção de Istambul, as novas regras sobre as mulheres nos conselhos de administração e a transparência salarial, tendo muitos salientado que tal se deveu também a uma forte liderança feminina a nível da UE. Contudo, não há margem para complacência, muitos também salientaram, porque o assédio e a violência sexual persistem na UE e em todo o mundo. As mulheres no desporto devem receber o mesmo salário que os homens e participar igualmente na tomada de decisões.

Migração legal: Parlamento Europeu aprova reforço das regras relativas à autorização única de residência e de trabalho

O Parlamento Europeu aprovou novas regras mais eficazes para autorizações combinadas de trabalho e residência para nacionais de países terceiros. A [atualização](#) da Diretiva de Autorização Única, adotada em 2011, foi aprovada com 465 votos a favor, 122 contra e 27 abstenções. As [mudanças](#) incluem prazos mais curtos para decisões sobre pedidos, o direito de mudar de empregador, ocupação e setor de trabalho, e a possibilidade de solicitar uma Autorização Única dentro do território europeu. Os titulares de autorizações únicas terão até três meses para encontrar outro emprego em caso de desemprego, com possibilidade de extensão em caso de condições de trabalho particularmente exploradoras.

Comissão insta Espanha, Portugal, România, Eslovénia, Eslováquia, Suécia e Finlândia a transporem plena e corretamente as disposições da diretiva relativa aos trabalhadores sazonais

A Comissão Europeia iniciou procedimentos de infração através do envio de cartas de notificação para cumprir a **Espanha** (INFR(2024)2004), **Portugal** (INFR(2024)2006), **Roménia** (INFR(2024)2007), **Eslovénia** (INFR(2024)2009), **Eslováquia** (INFR(2024)2010), **Suécia** (INFR(2024)2008) e **Finlândia** (INFR(2024)2005), por não terem transposto plenamente todas as disposições da Diretiva Trabalhadores Sazonais ([Diretiva 2014/36/UE](#)). A diretiva visa assegurar regras justas e transparentes para a admissão de trabalhadores sazonais de países terceiros na UE, com garantias de condições de trabalho e de vida dignas, igualdade de direitos e proteção suficiente contra a exploração em toda a UE. Garantir o pleno respeito da Diretiva Trabalhadores Sazonais é uma importante condição prévia para atrair para a UE a mão de obra necessária ao trabalho sazonal e pode também ajudar a reduzir a migração irregular. A Comissão está a acompanhar a sua transposição para o direito nacional pelos Estados-Membros. Deu início aos primeiros procedimentos de infração em abril de 2023, enviando cartas de notificação para cumprir à Bélgica, à Bulgária, à Alemanha, à Estónia, à Grécia, à Itália, a Chipre, à Letónia, à Lituânia e ao Luxemburgo.

Os segundos procedimentos de infração foram iniciados em dezembro de 2023, através do envio de cartas de notificação para cumprir à Chéquia, a França, à Croácia, à Hungria, a Malta, aos Países Baixos, à Áustria e à Polónia. A Comissão considera que Espanha, Portugal, a Roménia, a Eslovénia, a Eslováquia, a Finlândia e a Suécia transpuseram e/ou aplicaram incorretamente algumas obrigações decorrentes da diretiva. Por conseguinte, a Comissão decidiu enviar uma carta de notificação para cumprir a Espanha, Portugal, à Roménia, à Eslovénia, à Eslováquia, à Suécia e à Finlândia, que dispõem agora do prazo de dois meses para responder e corrigir as deficiências identificadas pela Comissão. Na ausência de uma resposta satisfatória, a Comissão Europeia poderá enviar-lhes um parecer fundamentado.

Afganistão: Parlamento condena perseguição das mulheres e *apartheid* de género

Os eurodeputados [querem](#) que os talibãs, que impuseram um ambiente repressivo, incluindo execuções públicas e violência contra as mulheres, sejam responsabilizados pelos seus crimes. Numa resolução aprovada esta quinta-feira, os eurodeputados mostram-se seriamente preocupados com a crise humanitária e dos direitos humanos no Afeganistão. Os talibãs desmantelaram o sistema judicial, ordenaram aos juizes que aplicassem a lei islâmica (xária) e praticamente eliminaram mulheres e raparigas da vida pública. Os eurodeputados consideram que isto equivale à perseguição de género e ao *apartheid* entre géneros. Em consequência, apelam aos talibãs para que restabeleçam imediatamente a participação plena e equitativa das mulheres e raparigas na vida pública, em particular no acesso à educação e ao trabalho.

O Parlamento insta as autoridades afegãs de facto a abolirem a pena capital e a porem termo de imediato às execuções públicas, à perseguição bárbara e às políticas discriminatórias, em particular contra as mulheres, as pessoas LGBTQI+ e as minorias étnicas e religiosas. Os eurodeputados insistem em que qualquer compromisso da União Europeia com os talibãs só pode ser mantido em condições estritas estabelecidas pelo Conselho e em conformidade com as recomendações do [relator especial das Nações Unidas](#). O Parlamento apoia o apelo da sociedade civil afegã no sentido de responsabilizar as autoridades de facto pelos seus crimes, nomeadamente através da investigação do Tribunal Penal Internacional através da criação de um mecanismo de investigação independente das Nações Unidas e do alargamento das medidas restritivas da União Europeia. A resolução foi aprovada por 513 votos a favor, nove votos contra e 24 abstenções. Para mais informações, [consulte a versão completa do texto](#) (14/03/2024).



Indústria

Comissão aprova auxílio estatal português de 63 milhões de euros para apoiar diversificação da produção da Repsol Polímeros

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, uma medida portuguesa no valor de **63 milhões de euros** para apoiar a Repsol Polímeros na diversificação da produção do seu complexo petroquímico de Sines. A medida visa apoiar a expansão da unidade de produção do complexo petroquímico da Repsol Polímeros, permitindo à empresa produzir novos tipos de produtos poliméricos. Espera-se que o projeto contribua para o desenvolvimento económico da região do Alentejo, nomeadamente através da criação de 75 postos de trabalho diretos e cerca de 300 postos de trabalho indiretos. O auxílio assumirá a forma de um benefício fiscal sobre o rendimento das sociedades.

A Comissão avaliou a medida portuguesa ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em especial o [artigo 107.º, n.º 3, alínea a\), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia](#), que permite aos Estados-Membros promover o desenvolvimento económico das regiões mais desfavorecidas, e as [Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020](#). A Comissão considerou que o auxílio é **necessário** para a realização do projeto e tem um efeito de incentivo, uma vez que o beneficiário não realizaria o investimento relevante sem o apoio público. A Comissão considerou igualmente que o auxílio é **proporcionado**, uma vez que se limita ao mínimo necessário para realizar esse investimento. Em especial, o apoio não excederá o montante máximo de auxílio estabelecido no [mapa dos auxílios estatais com finalidade regional 2014-2020 para Portugal](#), alterado em [2016](#) e prorrogado em [2020](#). Por último, a Comissão considerou que o auxílio é **adequado** para apoiar o desenvolvimento regional, sem afetar negativamente as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum. Nesta base, a Comissão aprovou a medida portuguesa ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais. A versão não confidencial da decisão estará disponível com o número SA.104316 no [Registo dos auxílios estatais](#) no sítio Web da [DG Concorrência](#) da Comissão, uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade.



Instituições

Parlamento adota calendário para 2025

Na terça-feira, os eurodeputados [adotaram](#) uma proposta da Conferência de Presidentes para o calendário do Parlamento Europeu para 2025. No próximo ano, o Parlamento deverá realizar 15 sessões plenárias, das quais 12 serão de quatro dias em Estrasburgo, duas de dois dias em Bruxelas e uma única sessão de um dia para comemorar o Dia da Memória do Holocausto em Bruxelas.

Orçamento 2025: Conselho chega a acordo sobre orientações para o orçamento da UE do próximo ano

O Conselho [chegou](#) a acordo sobre as suas orientações para o orçamento da UE para 2025. As orientações aprovadas fornecerão orientações políticas à Comissão para a elaboração do orçamento para o próximo ano. Nas suas conclusões, o Conselho sublinha que o orçamento da UE para 2025 desempenha um papel fundamental na definição e consecução dos objetivos e prioridades políticas de longo prazo acordados pela União.

O Conselho reitera uma vez mais que a UE continua empenhada em prestar, juntamente com os parceiros, ajuda financeira imediata à Ucrânia, durante todo o tempo que for preciso, bem como em apoiar a resiliência e a reconstrução a longo prazo do país. O Conselho salienta a importância de o orçamento para 2025 continuar a demonstrar a solidariedade da União para com o povo da Ucrânia e responder às crises conexas. O Conselho considera que o orçamento para 2025 deverá ser realista e adaptado às necessidades reais, deverá assegurar uma orçamentação prudente e deixar margens suficientes dentro dos limites máximos do quadro financeiro plurianual (QFP) para se poder fazer face a imprevistos e enfrentar os desafios da União.

O orçamento para 2025 deverá, ao mesmo tempo, prever recursos suficientes para assegurar a execução dos programas da União e permitir que os compromissos já assumidos ao abrigo do QFP atual sejam honrados em devido tempo. O Conselho insta a Comissão a alinhar o projeto de orçamento para 2025 pelo resultado do acordo sobre a revisão do QFP 2021-2027, tal como descrito nas Conclusões do Conselho Europeu de 1 de fevereiro de 2024. A este respeito, o Conselho salienta a necessidade de a Comissão identificar as reafetações necessárias para financiar as prioridades estabelecidas na revisão do QFP, bem como as autorizações anuladas que estão a ser reconstituídas. O Conselho insta a Comissão a ter em conta e a refletir no projeto de orçamento para 2025 todas as prioridades acordadas em comum que constam das conclusões do Conselho Europeu de 1 de fevereiro de 2024.



Mar e Pescas

Eurodeputados querem reforçar a Agência Europeia da Segurança Marítima

A Agência da Segurança Marítima [deve](#) estar mais bem equipada para ajudar os países na transição ecológica, no conhecimento da situação geopolítica e na formação sobre condições de trabalho. Na terça-feira, os eurodeputados atualizaram o mandato da Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA), com sede em Lisboa, de modo a prepará-la para orientar melhor os governos dos 27 países da UE sobre a descarbonização e digitalização do setor do transporte marítimo e dos portos. A Agência deve informar sobre os impactos das regras do sistema de comércio de licenças de emissão (CELE) no transporte marítimo e da iniciativa *FuelUE Transportes Marítimos* no tráfego portuário, bem como sobre a transferência de tráfego para portos de transbordo de países terceiros, em detrimento dos portos da UE.

A Agência deve igualmente disponibilizar formação aos países da UE sobre a forma de conduzir investigações de acidentes marítimos, prestar assistência para a digitalização dos registos marítimos e ajudar os inspetores a avaliar se os direitos dos marítimos e as condições de trabalho e de vida a bordo dos navios são respeitados, sublinham os eurodeputados.

Sugerem igualmente que se reforce o papel da EMSA a nível internacional e em matéria de segurança, envolvendo-a mais em reuniões da [Organização Marítima Internacional](#) e facultando aos países da UE um conhecimento da situação marítima sobre os novos desafios geopolíticos, como a guerra da Rússia contra a Ucrânia e as ameaças de segurança relativas a países específicos.

Melhor proteção dos tubarões graças a uma pesca e um comércio sustentáveis

A [consulta](#) é dirigida às partes interessadas, dentro e fora da UE, que estão envolvidas na conservação dos recursos marinhos (por exemplo, ONG e autoridades responsáveis), que têm um interesse económico nesta área (por exemplo, intervenientes no setor das pescas, sindicatos, indústria do turismo, operadores e autoridades dos Estados e regiões costeiras, etc.), que pertencem ao meio académico — entre os quais investigadores especializados em questões ambientais, económicas e sociais, incluindo a saúde pública, e que representam os consumidores.

A consulta, que se encontra aberta até ao dia 4 de junho, visa garantir a forma mais informada, participativa e transparente de dar seguimento à iniciativa de cidadania europeia «Stop Finning – Stop the Trade» («Fim da remoção e do comércio de barbatanas de tubarão»). A Comissão procura obter pontos de vista e conhecimentos especializados que possam contribuir para a avaliação detalhada dos benefícios ambientais líquidos, bem como os potenciais custos e oportunidades económicas associados à proibição da comercialização e do comércio de barbatanas de tubarão soltas. Os elementos de prova apresentados deverão também ajudar a identificar outras soluções possíveis para alcançar o nível desejado de proteção dos tubarões. Mais informações [aqui](#).



Mobilidade

Segurança rodoviária: Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo para uma melhor cooperação em matéria de infrações rodoviárias relacionadas com a segurança rodoviária

Para garantir um tráfego rodoviário mais seguro em toda a Europa, a Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu chegaram a um [acordo](#) provisório sobre uma proposta que altera a diretiva de 2015 relativa ao intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações rodoviárias relacionadas com a segurança rodoviária. A nova legislação faz parte do chamado pacote legislativo "segurança rodoviária".

Euro 7: Parlamento adota medidas para reduzir as emissões dos transportes rodoviários

Os eurodeputados [deram](#) luz verde às novas regras da UE para reduzir as emissões de automóveis de passageiros, viaturas comerciais, autocarros, camiões e reboques. Por 297 votos a favor, 190 contra e 37 abstenções, o Parlamento aprovou esta quarta-feira o [acordo alcançado com o Conselho](#) sobre o Regulamento Euro 7 (homologação e fiscalização do mercado para os veículos a motor). Os veículos terão de cumprir as novas normas durante mais tempo, garantindo que se mantêm mais limpos ao longo da sua vida útil.

No caso dos automóveis ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros manter-se-ão as atuais condições de ensaio Euro 6 e os limites de emissões de escape. Para os autocarros e camiões, os limites às emissões de gases de escape medidas em laboratórios e em

condições reais de condução serão mais rigorosas, mantendo simultaneamente as atuais condições de ensaio Euro VI. Pela primeira vez, as normas da UE vão incluir limites de emissão de partículas dos travões (PM10) para automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros, além de requisitos mínimos de desempenho para a durabilidade das baterias em automóveis elétricos e híbridos.

UE precisa de uma via rápida para melhorar a segurança rodoviária

A União Europeia e os países da UE têm de se esforçar mais, caso contrário não cumprirão os ambiciosos objetivos de médio e longo prazo de reduzir para metade e eliminar gradualmente as mortes e os feridos graves resultantes de acidentes de viação. Esta é a principal conclusão do [novo relatório](#) do Tribunal de Contas Europeu (TCE). A Comissão Europeia tem uma abordagem global, mas nos últimos anos o número de mortes e feridos graves na estrada não se reduziu, pondo seriamente em causa a capacidade da UE para deixar os dois objetivos perto de zero até 2050. Estava previsto que, até 2030, o número de mortes diminuísse para metade do valor de 2019, altura em que 22 800 pessoas morreram nas estradas da UE. Porém, a redução deverá ser de apenas um quarto desse valor. Os acidentes rodoviários são uma causa frequente de morte prematura na UE. Os peões, ciclistas e motociclistas são as pessoas mais vulneráveis e estão particularmente em risco: representam quase 50% das mortes, à frente dos ocupantes dos automóveis (45%). Estima-se que, por cada vida perdida, outras cinco pessoas sofram ferimentos graves.



Saúde

Espaço Europeu de Dados de Saúde: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho da UE e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre um novo diploma que facilita o **intercâmbio e o acesso a dados de saúde** a nível da UE. O acordo necessita agora de ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento. A proposta de regulamento relativo a um **Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS)** visa melhorar o acesso das pessoas aos seus dados de saúde eletrónicos pessoais e o seu controlo sobre os mesmos, permitindo, simultaneamente, a reutilização de determinados dados para fins de interesse público, de apoio estratégico e de investigação científica. Prevê um **ambiente de dados de saúde específico** que ajudará a promover um mercado único de produtos e serviços de saúde digitais.

Atualmente, o **acesso transfronteiriço a dados de saúde varia** entre os países da UE. As novas regras visam permitir que um turista espanhol aviar uma receita numa farmácia alemã ou que os médicos tenham acesso às informações de saúde de um doente belga que esteja a ser tratado em Itália. Ao abrigo das novas regras, as pessoas terão **um acesso mais rápido e mais fácil aos dados de saúde eletrónicos**, independentemente de se encontrarem no seu país de origem ou noutra Estado-Membro. Terão também um **maior controlo sobre a forma como esses dados são utilizados**. Os países da UE serão obrigados a criar uma **autoridade de saúde digital** para aplicar as novas disposições.

Alemanha recebe o milésimo doente ucraniano

O comissário europeu para a Gestão de Crises, Janez Lenarčič, participou num evento no aeroporto de Colónia-Bona, na Alemanha, para assinalar o milésimo doente ucraniano transferido para receber cuidados de saúde na Alemanha desde o início da guerra ilegal de agressão da Rússia contra a Ucrânia. As evacuações médicas são coordenadas e apoiadas financeiramente através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. Em resposta à invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia, a UE criou um programa de evacuação médica em março de 2022. Até à data, 3 156 doentes ucranianos, gravemente doentes ou feridos durante a guerra, foram transportados para hospitais em 22 países europeus. Esta operação é o maior esforço de evacuação médica até à data, coordenado pelo [Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da Comissão Europeia](#). No mês passado, a UE e a Noruega decidiram alargar a sua cooperação a voos regulares de evacuação médica do centro Medevac da UE em Rzeszow, na Polónia, para destinos em toda a Europa.

Esperança de vida à nascença na UE nos 80,6 anos em 2022

Em 2022, a esperança de vida à nascença na UE [era](#) de 80,6 anos, mais 0,5 anos do que em 2021. Ao longo de duas décadas, desde 2002, o valor mais elevado foi registado em 2019, quando a esperança de vida à nascença atingiu 81,3 anos (mais 3,7 anos em comparação com 2002). No entanto, após o surto da pandemia COVID-19, este indicador diminuiu para 80,4 em 2020 e para 80,1 anos em 2021. Em 2022, a esperança de vida à nascença na UE aumentou, mas não atingiu o valor de 2019.

A região da UE com a esperança de vida à nascença mais elevada foi a região espanhola da Comunidad de Madrid (85,2 anos), seguida da Provincia Autonoma di Trento em Itália (84,4 anos), da Ile de France em França (84,1 anos), de Estocolmo na Suécia (84,0 anos) e da Comunidad Foral de Navarra em Espanha (83,9 anos). Por outro lado, entre as 5 regiões da UE com a esperança de vida à nascença mais baixa, 4 situavam-se na Bulgária: Severozapaden (72,3 anos), Severen tsentralen (73,2 anos), Yugoiztochen (73,7 anos), Severoiztochen (74,1 anos); e uma na Hungria, Észak-Magyarország (74,1 anos).

Para as mulheres na UE, a esperança de vida à nascença situou-se em 83,3 anos em 2022 (um aumento de 0,4 em comparação com 2021, mas uma diminuição de -0,7 em comparação com 2019) e para os homens em 77,9 anos (um aumento de 0,7 anos em comparação com 2021, mas uma diminuição de -0,6 em comparação com 2019). Em 2022, a esperança de vida à nascença das mulheres na UE era 5,4 anos mais longa do que a dos homens, com variações entre os países da UE. Na Letónia, as mulheres deverão viver mais 10,0 anos do que os homens, seguindo-se a Estónia e a Lituânia (ambas com 8,7 anos). As disparidades mais reduzidas entre os géneros registaram-se nos Países Baixos (2,9 anos), na Irlanda (3,3 anos) e na Suécia (3,4 anos).



CiberResiliência: Parlamento Europeu aprova legislação que reforça a segurança dos produtos digitais

O regulamento, já acordado com o Conselho em dezembro de 2023, [visa](#) garantir que os produtos com funcionalidades digitais sejam seguros na utilização, resistentes a ciberameaças e forneçam informações suficientes sobre as propriedades de segurança. Os produtos importantes e críticos serão classificados em listas diferentes de acordo com a sua criticidade e o nível de risco de cibersegurança que apresentam. Ambas as listas serão propostas e atualizadas pela Comissão Europeia. Os produtos considerados como apresentando um maior risco de cibersegurança serão examinados com maior rigor por um organismo notificado, enquanto outros poderão passar por um processo de avaliação de conformidade mais ligeiro, muitas vezes gerido internamente pelos fabricantes.

Durante as negociações, os eurodeputados garantiram que produtos como *software* de gestão de identidade, gestores de palavras-chave, leitores biométricos, assistentes domésticos inteligentes e câmaras de segurança privadas seriam abrangidos pelas novas regras. Os produtos devem também receber atualizações de segurança instaladas automaticamente, separadamente das atualizações de funcionalidades.

Regulamento da Inteligência Artificial: Parlamento Europeu adota legislação histórica

O Parlamento aprovou o Regulamento da Inteligência Artificial (IA) que garante segurança e conformidade com os direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que impulsiona a inovação. O [regulamento](#), negociado com os Estados membros em dezembro de 2023, foi endossado pelos deputados com 523 votos a favor, 46 contra e 49 abstenções. O objetivo é proteger os direitos fundamentais, a democracia, o Estado de Direito e a sustentabilidade ambiental dos sistemas de IA de alto risco, ao mesmo tempo em que impulsiona a inovação e estabelece a Europa como líder no campo. O regulamento estabelece obrigações para a IA com base em seus riscos potenciais e nível de impacto.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2024, e 2025.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

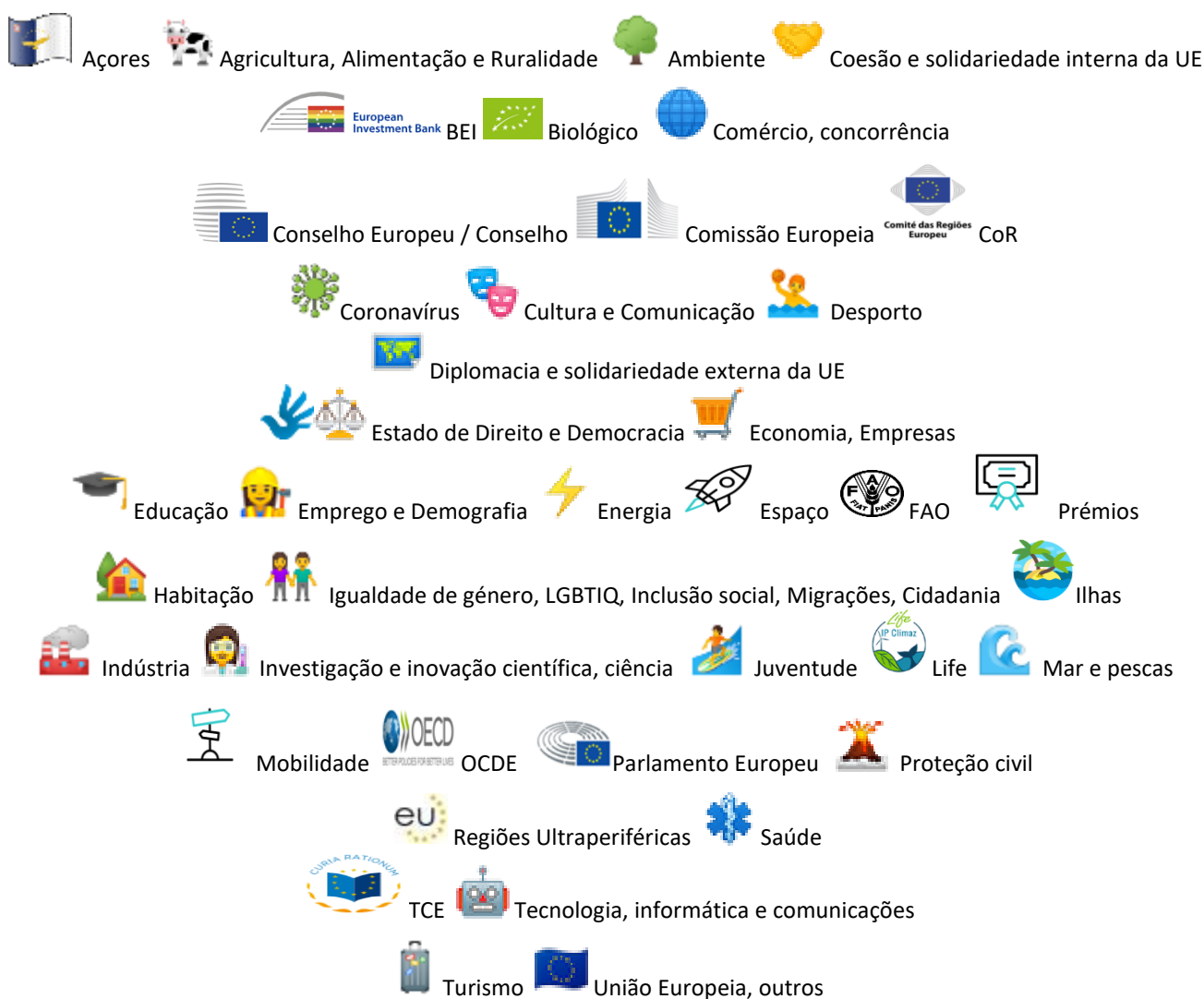


O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!